

APRESENTAÇÃO

Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto*

Valdete Boni**

1 Militante do MMC. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFPB/Paraíba. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Docente da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Unochapecó. E-mail: skgaspareto@yahoo.com.br

2 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. E-mail: valdete.boni@uffs.edu.br

Organizar um dossiê temático sobre o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC/SC) era um desejo antigo. Esse dossiê, em especial, nos deixa ainda mais felizes por ter sido pensado para homenagear os 30 anos de existência do movimento.

O movimento de mulheres camponesas nasce em Santa Catarina no ano de 1983 com a denominação de Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). O início dos anos 80 é marcado por uma grande mobilização em torno da redemocratização do país, da luta pela reforma agrária, pela conquista de direitos civis, direitos políticos e políticas sociais. Considerada como a “década perdida” devido aos planos econômicos frustrados, a inflação exorbitante e estagnação da economia, é também a década da mobilização popular e da democratização do país.

No meio rural, as consequências nefastas da revolução verde com o empobrecimento dos agricultores, sua exclusão dos sistemas produtivos convencionais e um êxodo rural cada vez mais intenso são as marcas desse período. No início dessa década surgem e se consolidam movimentos sociais no campo em todo o Brasil, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), as Oposições Sindicais e o MMA.

Esses movimentos fazem parte de um movimento mais amplo caracterizado pelos cientistas sociais como *Novos Movimentos Sociais*. Conforme Scherer-Warren (1987, p. 42), os novos movimentos sociais são movimentos contestadores da realidade excludente gerada pelo modelo capitalista e que assumem uma forma de organização e participação igualitária e democrática. Nesse sentido, “representam um novo momento dentro da história do campesinato brasileiro, o qual passa a romper com alguns dos seus principais limites no que diz respeito à sua participação política” (POLI, 1999, p. 165).

O MMA surge em meio a essa dupla transformação vivenciada no Brasil, muito presente no Oeste de Santa Catarina, à medida que, por um lado, configurava-se a modernização da agricultura, que excluía agricultores do processo de produção e, como consequência disso, o êxodo rural. Por outro lado, a opção da Igreja local, inspirada na Teologia da Libertação, apoiava as causas sociais. Em três décadas de lutas, muitas foram as conquistas do movimento, como os direitos trabalhistas e previdenciários, o direito à saúde, entre tantos outros. Entretanto, o primeiro

direito conquistado e bastante significativo nessa trajetória, foi o reconhecimento da profissão e identidade como agricultora e trabalhadora rural.

Os textos que compõem este dossiê temático apresentarão a história do MMC sob várias abordagens que se complementarão para mostrar uma trajetória de luta, de persistência, de paixão pela vida e de defesa do campesinato. Nesse sentido, descrevem principalmente a história de mulheres camponesas fortes e obstinadas, que não têm medo de passar horas e dias fora de casa, enfrentando desafios para lutar por seus direitos. Mulheres que, em sua maioria, mesmo sem formação em bancos escolares se atrevem a pegar um microfone e deixar o coração falar, fazer passeatas, protestos, acampar no Congresso Nacional, bater a porta dos gabinetes dos deputados e concorrer a cargos públicos. Mulheres que reivindicaram seus direitos trabalhistas e lutaram por acesso à saúde e que, atualmente, defendem um modelo de agricultura camponesa.

Antes de apresentarmos os artigos que compõem este dossiê, cabe destacar duas citações que expressam aspectos que caracterizam a identidade do movimento na atualidade. A primeira, de Marciano Toledo da Silva, assessor técnico do Movimento dos Pequenos Agricultores e da Via Campesina em artigo “Violação de direitos e resistência aos transgênicos no Brasil: uma proposta camponesa”, texto que compõe a coletânea “Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade”. Essa passagem expressa a visão dos movimentos sociais em relação à nova configuração de campesinato que orienta as ações dos movimentos ligados à Via Campesina.

A identidade camponesa é o reconhecimento do que o identifica, do que lhe é próprio. Ela é caracterizada pelo modo de viver, pelo modo de se relacionar com outros grupos sociais e com a natureza, através do uso que se faz dela, expressos pelos hábitos alimentares e comidas típicas, pela cultura, pela música, pelas danças, pela mística e religiosidade, pelo jeito de produzir e de cuidar da terra. Para o camponês e a camponesa, a terra é o lugar de reproduzir e cuidar da vida. As sociedades e comunidades tradicionais, nas quais se inserem os indígenas, os quilombolas, os sertanejos, os caiçaras, os caboclos, os extrativistas e, por fim, o campesinato em toda sua sociodiversidade, caracterizam-se pela sua dependência em relação aos recursos naturais. É no aprendizado sobre o funcionamento dos ciclos naturais – de quando chove ou faz seca, sobre as plantas

que ali crescem ou os animais que por ali vivem – que nasce e se desenvolve o conhecimento sobre essa diversidade, e que tradicionalmente é repassado de uma geração a outra. Assim se constrói “o modo de vida” de cada povo ou comunidade tradicional e são definidos os seus territórios, espaços onde cada grupo se reproduz econômica e socialmente, auto identificando-se (sic) com “o lugar”, por pertencer a uma cultura distinta das demais. Assim é o camponês brasileiro (SILVA, 2011, p. 453).

A segunda refere-se à concepção do termo camponesa para o MMC, expressando a identidade que tem caracterizado nos últimos anos o movimento em sua ação mais ampla junto à Via Campesina:

A luta pela igualdade, a solidariedade que existe entre nós, o cuidado. O cuidado que a gente tem com a natureza, com as sementes, com a água, com a nossa própria vida. A produção das sementes, o cuidado com a água e com o solo. A produção de alimentos saudáveis é uma identidade nossa! A diversidade de produção... basta olhar o que a gente trouxe (para o encontro), basta olhar a nossa comida, basta olhar nosso dia-a-dia (sic). A riqueza, a diversidade, o resgate do que muitas vezes foi perdido da produção de alimentos. A produção do auto-sustento (sic). O cuidado com a horta, com o pomar, com o jardim, a casa, as plantas medicinais, vejam nossa identidade, companheiras! Isso tudo nos identifica! (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim/2010)

Desta forma, esse dossiê foi escrito conjuntamente por militantes e acadêmicas, militantes/acadêmicas e acadêmicas/militantes, na medida em que militantes ingressaram na academia e acadêmicas que em suas atividades de pesquisa se tornaram mais que pesquisadoras *stricto sensu*, mas também aprendizes e apoiadoras das causas e lutas do movimento. Os artigos aqui apresentados abordam como tema central o MMC, especialmente enfatizando aspectos de sua trajetória e história em Santa Catarina. Contudo, dialogam, a partir desta temática, com questões fundamentais que caracterizam a identidade do movimento e sua contribuição para a emancipação das mulheres, a superação do machismo e das violências, a participação política das mulheres camponesas, o acesso às políticas públicas, suas práticas educativas e de formação, entre outras não menos relevantes.

O artigo Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina: em busca de uma Pedagogia Camponesa e Feminista,

de Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto e Zenaide Collet, abre o dossiê por tratar da construção coletiva que marcou o aniversário de 30 anos do movimento. Nele as autoras tratam da forma como o movimento construiu a dinâmica para o Encontro comemorativo do aniversário que aconteceu em Xanxerê/SC nos dias 30 de abril e 1º de maio de 2013. O artigo trata da estratégia de trabalho em forma de gincana participativa que envolveu as camponesas integrantes do MMC. Mostra que o encontro de dois dias foi precedido de muitos outros encontros nas diversas regiões de Santa Catarina, envolvendo as mulheres no processo de construção do movimento. O objetivo das autoras é o de trazer para público o envolvimento das bases do movimento e a reafirmação da luta histórica pela libertação das mulheres em consonância com a transformação da sociedade que se efetiva, no movimento, através de novas práticas e relações sociais na transformação da sociedade.

Na mesma direção, o texto **Movimento de Mulheres Camponesas: 30 anos de história na construção de novas relações**, de Catiane Cinelli, discute as novas relações construídas no âmbito do Movimento de Mulheres Camponesas que visam a emancipação das mulheres. Tendo como base o MMC em Santa Catarina, aborda a violência estrutural na sociedade classista e patriarcal, bem como busca compreender o feminismo e seu papel no interior do movimento.

O artigo de Isaura Isabel Conte **De mulheres camponesas em movimento na América Latina ao Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil** traz um panorama da luta histórica dos movimentos de mulheres camponesas na América Latina, destacando as lutas das mulheres indígenas até chegar ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Brasil. Destaca ainda que as lutas das mulheres pelas conquistas dos direitos é uma reivindicação de sua cidadania, uma luta pela saída da invisibilidade e por espaços políticos. A autora salienta também a luta feminista do MMC a partir do momento que este se assume enquanto movimento feminista.

O texto de Valdete Boni, **MMC um movimento camponês e feminista**, vai tratar da perspectiva atual do movimento a partir da mudança de nome do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina para Movimento de Mulheres Camponesas, em 2004. A abordagem da autora centra em um ponto específico dessa trajetória, qual seja, a introdução do conceito de campesinato no movimento. Para tanto, busca responder algumas questões,

por exemplo: como esse conceito é elaborado e justificado pelas camponesas? Qual a relação entre campesinato e feminismo no discurso dessas mulheres? Essas questões são discutidas no trabalho a partir de um breve resgate do conceito de campesinato em voga nas discussões acadêmicas atualmente.

O artigo de Noeli Taborda, **Mulheres Camponesas e o dia 08 de março na luta de classes** aborda a importância da data 08 de março para as mulheres. Noeli, como camponesa, militante e liderança do MMC, trata da história e do significado desta data e de como as mulheres camponesas vêm ressignificando o 08 de março como um dia de resistência. A autora mostra a participação das camponesas nesse processo, a partir das propostas de mobilização construídas pelo MMC.

O artigo **Envelhecimento do campo e o Movimento de Mulheres Camponesas: desafios e perspectivas**, de Elisiane de Fatima Jahn, analisa a questão do envelhecimento no meio rural, especialmente com a migração dos jovens. Com menos jovens no campo, a dinâmica do campo se transforma colocando, como desafios, a reprodução da vida, a produção de alimentos e a organização popular. A autora procura, então, dialogar com três aspectos que se entrelaçam no cotidiano camponês: o envelhecimento, o campesinato e o Movimento de Mulheres Camponesas, num exercício teórico, amoroso e militante.

O texto de Gabriela Boemler Hollebach, **O discurso do MMC sobre as alterações no Código Florestal Brasileiro**, traz uma temática que foi muito discutida nos meios de comunicação nos últimos três anos: a alteração do Código Florestal Brasileiro. Gabriela centra sua análise no discurso do Movimento de Mulheres Camponesas sobre esse tema. Partindo do conceito de representações sociais e da perspectiva da pesquisa qualitativa sócio-histórica, o artigo avalia que contribuições o MMC ofereceu às discussões durante o processo de debate e votação da referida Lei pela Câmara dos Deputados. Considerando os meios de comunicação como lugares privilegiados para a construção de representações e identidades, a autora mostra as práticas discursivas do MMC em relação à alteração da Lei presentes no *site* do Movimento e também em uma cartilha produzida pelo Movimento.

O artigo de Sirlei Aparecida Fernandes, **Entraves para inclusão de gênero nas políticas de crédito no meio rural**, trata do acesso das mulheres rurais a uma política pública criada a

partir de suas reivindicações, o Pronaf Mulher, cujo propósito era o de valorizar e dar visibilidade ao trabalho das mulheres no âmbito da propriedade rural. Partindo de alguns dados estatísticos, a autora percebeu um índice muito baixo de mulheres que acessavam esse crédito. Baseando-se em pesquisa realizada em duas regiões de Santa Catarina, verificou que quanto menos capitalizada for a família, e quanto menor a escolaridade das mulheres, menor é seu acesso ao crédito. O fato mais importante talvez tenha sido a constatação de que as mulheres que estavam inseridas no Movimento de Mulheres Camponesas tinham mais conhecimento em relação ao programa e, portanto, acessavam mais o crédito.

O artigo **Construindo uma metodologia de pesquisa popular e feminista junto ao MMC em Santa Catarina**, de Maria Teresa Muraca, mostra suas escolhas metodológicas para compor o trabalho de campo que desenvolveu no extremo-oeste de Santa Catarina entre 2012 e 2013. A autora questiona as dicotomias clássicas como teoria e prática, academia e campo, pesquisadora e sujeitos de pesquisa. Seu trabalho constitui-se de relato autoetnográfico de sua “convivência itinerante” nas casas das mulheres camponesas. Apresenta sua pesquisa como uma construção dialógica e intersubjetiva, em que a pesquisadora, ao pesquisar, pesquisa-se e é pesquisada, e as participantes, ao serem pesquisadas, pesquisam e pesquisam-se, mostrando a visão de uma pesquisadora.

O texto de Adélia Schmidt, **Mulheres camponesas de Itapiranga e a invisibilidade da violência**, traz à tona a discussão da violência vivenciada pelas mulheres no campo. Apesar das recentes políticas de combate à violência contra as mulheres, esse tema continua sendo quase um tabu quando se trata da discussão no meio rural, e Adélia mostra a complexidade que norteia essas relações sociais em um município que é considerado uma das colônias alemã e católica mais tradicionais de que se tem conhecimento no país, o que, para a autora, influenciou na submissão feminina. O trabalho foi desenvolvido a partir de entrevistas, nas quais a autora procurou compreender as dimensões que envolvem o cotidiano das mulheres, histórias, vivências e práticas para perceber as diferentes formas de violência que afetam estas mulheres.

Por fim, o texto de Letícia Pereira, **Teatro como uma ferramenta de formação política para as integrantes do grupo**

“MMC - Resistência e Arte”, constitui-se em um relato de experiência que descreve o processo construído e vivenciado pelas mulheres camponesas militantes do MMC no grupo de teatro “Resistência e Arte”. Seu trabalho analisa duas peças teatrais que foram escritas e interpretadas pelas camponesas durante as oficinas e os cursos promovidos pelo movimento. As peças retratam o cotidiano do movimento e das mulheres camponesas. A primeira trata da organização das mulheres e dos 25 anos de vivência e luta do MMC, enquanto a segunda aborda a importância do cultivo de alimentos saudáveis e a agroecologia. Enfim, seu trabalho demonstra o talento e a sensibilidade das camponesas ao criar e interpretar temas relacionados a sua realidade.

Esperamos que os textos aqui apresentados contribuam para a visibilidade da história e trajetória do Movimento das Mulheres Camponesas, que através de suas protagonistas têm construído percursos acadêmicos e militantes e se dedicado a olhar para o MMC como um movimento de resistência ao modelo homogeneizador e dominante das relações sociais e de gênero, bem como das práticas de produção e de alimentos. Por fim, desejamos que este dossiê estimule mais estudos e experiências de atuação e que se constitua em um instrumento que contribua na formulação de políticas públicas voltadas para um modelo de agricultura camponesa e agroecológica, tendo em vista o fortalecimento do movimento e a construção de vivências e práticas igualitárias e solidárias.

Referências

MMC/SC. **Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC**, Xaxim (SC) 2010.

POLI, Odilon. **Leituras em Movimentos Sociais**. Chapecó: Grifos, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHE, Paulo. **Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Marciano Toledo da. Violação de direitos e resistência aos transgênicos no Brasil: uma proposta camponesa. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles (orgs). **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: MDA, 2011.